

OE2018: mediadores querem pacote fiscal para o mercado de arrendamento



Proposta de OE2018 é entregue no Parlamento dia 13 de outubro / Wikimedia commons

Autor: Redação

09 outubro 2017, 8:50

A Associação dos Profissionais de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP) defende a necessidade de o **Orçamento do Estado para 2018 (OE2018)** incluir um **pacote fiscal dirigido ao mercado de arrendamento**. Mas não é a única a exigir mais compromisso ao Governo de António Costa. A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) quer que no OE2018 "conste expressamente" um "acordo político para os **grandes projetos públicos** de investimento".

APEMIP defende criação de benefícios fiscais

"Enquanto não houver um **pacote fiscal** que promova a **dinamização do mercado de arrendamento** nunca vamos ter um verdadeiro mercado de arrendamento", defende o presidente da APEMIP, Luís Lima.

"Se houver um **benefício fiscal ao nível do IRS** para quem aluga a longo prazo a uma renda mais acessível, é extremamente positivo e até pode ajudar na questão de alguma guerra com o arrendamento local", disse à Lusa o responsável, para quem estas medidas são essenciais, já que podem impedir alguns proprietários de sair do arrendamento dito tradicional.

"Temos de tratar quem investe neste mercado como quem investe em qualquer outro mercado, ou seja, **que seja tributado pelo seu negócio**. Enquanto não se perceber isto, dificilmente o mercado de arrendamento vai ter a dimensão que todos gostaríamos", acrescentou o líder da APEMIP.

Construção e Imobiliário pedem "acordo político" sobre grandes obras públicas

A menos de uma semana da entrega no Parlamento da proposta de OE2018 (dia 13 de outubro), a APEMIP não é a única associação a exigir mais compromisso por parte do Governo. A CPCI quer um compromisso de "acordo político para os grandes projetos públicos de investimento".

"Quando estamos a falar de **investimentos** de que o país precisa, não podemos partidarizar ou instrumentalizar estas questões. As obras estruturantes, como a reabilitação urbana, aeroportos, plataformas e ferrovia, têm de ser calendarizadas para alguns anos, **tem de haver um compromisso** como noutros países, mas que em Portugal nunca existiu", afirmou o presidente da CPCI, Manuel Reis Campos, também citado pela Lusa.

"O setor da construção é, de facto, o motor da Economia, e este Governo reconhece-o, e bem, porque este é um direito e um papel que nos cabe", argumenta Reis Campos. **A construção** está "quase a trabalhar em pleno" e o **imobiliário** vive "uma situação desafogada" motivada por uma "procura imensa" que atesta que "o país está na moda, com o turismo a atingir picos que ninguém imaginava", acrescenta.

Segundo Reis Campos, o que preocupa neste momento o setor "já não é a falta de obras, mas a clandestinidade, a concorrência desleal e a marginalidade decorrentes do facto de o setor sair de uma situação mais ou menos regulada".